

Editorial 15

Artigos Doutrinários 17

A tutela das criações intelectuais e a existência do Direito de Autor na Antiguidade Clássica, 17

Leonardo Estevam de Assis Zanini

Atos vinculados de julgamento de processo administrativo disciplinar: temperamentos pelos princípios da proporcionalidade e justiça, 25

Antonio Carlos Alencar Carvalho

Inovações Legislativas 37

Lei Complementar 143, de 17/07/2013.

Lei 12.837, de 09/07/2013.

Lei 12.839, de 09/07/2013.

Lei 12.846, de 1º/08/2013.

Lei 12.850, de 02/08/2013.

Lei 12.853, de 14/08/2013.

Decreto 8.035, de 28/06/2013.

Decreto 8.052, de 11/07/2013.

Decreto 8.061, de 29/07/2013.

Decreto 8.064, de 1º/08/2013.

Decreto 8.070, de 14/08/2013.

Decreto 8.073, de 14/08/2013.

Seção Extraordinária 41

Arguição de Inconstitucionalidade na Apelação em Embargos à Execução 0000271-90.2000.4.01.3800/MG.

Art. 12, § 2º, da Lei 11.371/2006. Multa administrativa. Sonegação de cobertura cambial. Art. 3º do Decreto 23.258/1933. Alterações. Art. 12, *caput*, da Lei 11.371/2006. STF. Súmula 654. Inaplicabilidade na espécie. Devido processo legal. Ofensa não demonstrada. Inconstitucionalidade afastada, 41

Numeração única: 0000271-90.2000.4.01.3800

Arguição de Inconstitucionalidade 2000.38.00.000266-9/MG

Relator: Desembargador Federal Catão Alves

Acórdãos — Inteiros Teores 53

Corte Especial – Agravo regimental em suspensão de liminar. Grave lesão à ordem tributária e à saúde pública, 53

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0057014-54.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro

Relatora p/ acórdão: Desembargadora Federal Selene Almeida

**Corte Especial – Embargos infringentes. Ação rescisória. Reajuste. Matéria constitucional. Inexistência de dire
adquirido, 75**

Numeração única: 0029905-51.2001.4.01.0000

Embargos Infringentes 2001.01.00.035282-6/DF

Relator: Desembargador Federal Néviton Guedes

Primeira Seção – Conexão. Execução transitada em julgado. Reivindicação dos valores na seara administrativa, 78

Conflito de Competência 0057256-13.2012.4.01.0000/GO

Relator: Juiz Federal Cleber José Rocha (convocado)

**Segunda Seção – Atuação do procurador da República no segundo grau. Feitos de competência originária. Falta
capacidade postulatória. Requisição de inquérito pela autoridade judiciária. Ausência de justa causa. Ausência
informações mínimas que orientem a atuação da autoridade. Constrangimento ilegal, 80**

Numeração única: 0049690-86.2007.4.01.0000

Mandado de Segurança 2007.01.00.047440-4/AP

Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

**Segunda Seção – Solicitação de acesso a documentos e mídias de inquérito policial. Indeferimento. Decisã
desfundamentada e tautológica. Cláusulas constitucionais pétreas, 84**

Mandado de Segurança Criminal 0074347-19.2012.4.01.0000/GO

Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

**Terceira Seção – Responsabilidade da Administração Pública. Acidente sofrido por servidor público durante o exercício
suas atribuições funcionais. Danos estéticos, 88**

Numeração única: 0013008-92.2008.4.01.3300

Embargos Infringentes 2008.33.00.013011-0/BA

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Quarta Seção – FPM. Revisão dos repasses, 96

Ação Rescisória 0022079-85.2012.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

**Quarta Seção – Juízo de retratação. Embargos à execução de sentença (restituição/IRRF). Abatimento/dedução da
restituições havidas nos ajustes anuais anteriores, 102**

Numeração única: 0014881-31.2002.4.01.3400

Embargos Infringentes 2002.34.00.014915-5/DF

Relator: Juiz Federal Rafael Paulo Soares Pinto (convocado)

Primeira Turma – Militar. Adicional de compensação orgânica. Dentista. Exposição constante e reiterada a raios X, 104

Numeração única: 0012351-13.2005.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2005.38.00.012441-0/MG

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

**Primeira Turma – Servidor público. Recebimento de diferenças. URP. Sentença trabalhista transitada em julgado. Açã
rescisória. Prescrição da pretensão de cobrança, 106**

Numeração única: 0005740-62.2005.4.01.3600

Apelação Cível 2005.36.00.005740-5/MT

Relatora: Desembargadora Federal Ângela Catão

**Segunda Turma – Militar. Promoção. Parecer desfavorável da comissão de promoção de graduados. Anulação d
conclusão, 111**

Numeração única: 0000002-45.2009.4.01.3700
Apelação Cível 2009.37.00.000002-4/MA
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Segunda Turma – Revisão de proventos para vinculação aos vencimentos do cargo de agente administrativo. Inaplicabilidade aos aposentados, 117

Numeração única: 0023472-74.2005.4.01.3400
Apelação Cível 2005.34.00.023735-6/DF
Relator: Juiz Federal Cleberson José Rocha (convocado)

Terceira Turma – Prisão preventiva. Art. 312 do CPP. Indícios da prática do delito de redução à condição análoga a de escravo. Remessa dos autos à Justiça Federal. Nulidade da decisão do juízo estadual. Não ocorrência. Ratificação pelo juízo federal, 122

Habeas Corpus 0028000-88.2013.4.01.0000/PA
Relator: Juiz Federal Klaus Kuschel (convocado)

Terceira Turma – Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros. Desapropriação indireta. Indenização. Lucros cessantes. Impossibilidade, 126

Apelação/Reexame Necessário 0004638-83.2011.4.01.3506/GO
Relator: Desembargador Federal Cândido Ribeiro

Quarta Turma – Uso de aeronaves oficiais por ministro de Estado, fora das missões oficiais em sentido estrito. Ausência de má-fé, dolo e de enriquecimento ilícito. Não configuração de ato de improbidade, 134

Numeração única: 0016546-87.1999.4.01.3400
Apelação Cível 1999.34.00.016571-0/DF
Relator: Desembargador Federal Olindo Menezes

Quarta Turma – Apropriação indébita previdenciária. Dolo específico. Não exigência de comprovação, 139

Numeração única: 0011777-34.1998.4.01.3800
Apelação Criminal 1998.38.00.011949-8/MG
Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz

Quinta Turma – Hospital universitário. Abandono das instalações com risco de deterioração por falta de uso e manutenção, 149

Numeração única: 0006791-43.2003.4.01.4000
Apelação Cível 2003.40.00.006786-3/PI
Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Quinta Turma – Responsabilidade civil do Estado. Demora na prestação de serviços. Processo administrativo. Princípio do impulso oficial, 154

Numeração única: 0014040-98.2009.4.01.3300
Apelação Cível 2009.33.00.014045-7/BA
Relator: Desembargador Federal João Batista Moreira

Sexta Turma – Internação de paciente em leito de UTI. Falecimento. Extinção do processo sem resolução de mérito. Possibilidade. Responsabilidade pelo custeio do tratamento médico assegurado em hospital particular, 164

Apelação/Reexame Necessário 0002443-44.2010.4.01.3803/MG
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Sexta Turma – Ato de concentração. Comunicação ao Cade, 168

Apelação Cível 0038838-80.2010.4.01.3400/DF
Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian
Relator p/ acórdão: Juiz Federal Renato Martins Prates (convocado)

Sétima Turma – Advocacia (OAB). Penalidade disciplinar de suspensão/interdição temporária do exercício profissional. Ressarcimento do dano, 174

Apelação Cível 0027764-38.2010.4.01.3300/BA

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Sétima Turma – Prestação de serviços. Brasil e Japão. Convenção internacional para evitar dupla tributação, 178

Numeração única: 0000093-47.2004.4.01.3301

Apelação Cível 2004.33.01.000026-1/BA

Relator: Desembargador Federal Tolentino Amaral

Relator p/ acórdão: Desembargador Federal Reynaldo Fonseca

Oitava Turma – PIS e Cofins. Alargamento da base de cálculo, 184

Numeração única: 0042738-11.2005.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 2005.38.00.043302-0/MG

Relator: Juiz Federal Clodomir Sebastião Reis (convocado)

Oitava Turma – Dação em pagamento. Bem imóvel. Crédito tributário. Extinção da exigibilidade, 193

Numeração única: 0017220-21.2006.4.01.3400

Apelação Cível 2006.34.00.017393-6/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Oitava Turma – Agente marítimo. Responsabilidade tributária. Irregularidade. Multa. IPI. Auto de infração, 197

Numeração única: 0030685-34.2005.4.01.3400

Apelação Cível 2005.34.00.030984-6/DF

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Primeira Turma Suplementar – Alegação de nulidade de representação do INSS ao CNAS por vício de incompetência. Inexistência, 203

Numeração única: 0023902-94.2003.4.01.3400

Apelação Cível 2003.34.00.023910-9/DF

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Primeira Turma Suplementar – Regulamentação das relações entre médicos conveniados de planos de saúde. Competência da Agência Nacional de Saúde, 205

Numeração única: 0017142-03.2001.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2001.34.00.017165-6/DF

Relator: Juiz Federal Alexandre Buck Medrado Sampaio (convocado)

Segunda Turma Suplementar – Periculosidade de lotes de medicamento. Alerta aos consumidores, 209

Numeração única: 0019878-57.2002.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2002.34.00.019922-1/DF

Relator: Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa (convocado)

Segunda Turma Suplementar – Contrato de empréstimo para construção de empreendimento residencial. Ausência de repasse de recursos do FGTS à construtora. Responsabilidade da instituição financeira, 211

Numeração única: 0006159-83.1999.4.01.3700

Apelação Cível 1999.37.00.006241-9/MA

Relator: Juiz Federal Marcelo Dolzany da Costa (convocado)

Terceira Turma Suplementar – Embargos à execução fiscal. Contribuição previdenciária. Cargos temporários. Vinculação a regime próprio estadual. Recolhimento compulsório para o regime de previdência estadual, 216

Numeração única: 0001441-25.1998.4.01.3200

Apelação/Reexame Necessário 1998.32.00.001441-0/AM

Relator: Juiz Federal Grigório Carlos dos Santos (convocado)

Quarta Turma Suplementar – Cooperativa médica. Cláusula estatutária de exclusividade. Ofensa ao princípio da livre concorrência, 221

Numeração única: 0018854-62.2000.4.01.3400

Apelação/Reexame Necessário 2000.34.00.018874-8/DF

Relator: Juiz Federal Márcio Barbosa Maia (convocado)

Quarta Turma Suplementar – Militar. Responsabilidade civil do Estado. Agravamento de doença. Falta de avaliação e acompanhamento médico, 225

Numeração única: 0039317-78.2006.4.01.9199

Apelação/Reexame Necessário 2006.01.99.040351-1/MG

Relator: Juiz Federal Rodrigo Navarro de Oliveira (convocado)

Quinta Turma Suplementar – Embargos à execução fiscal. Cobrança indevida do Imposto de Renda Pessoa Jurídica, 229

Numeração única: 0015797-31.2002.4.01.9199

Apelação/Reexame Necessário 2002.01.99.016779-7/MG

Relator: Juiz Federal Wilson Alves de Souza (convocado)

Quinta Turma Suplementar – Centro de Atendimento ao Contribuinte. Acesso indevido de informações sigilosas por particulares, 232

Numeração única: 0005176-84.1999.4.01.3700

Apelação Cível 1999.37.00.005247-5/MA

Relator: Juiz Federal Wilson Alves de Souza (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Contribuições previdenciárias. Ausência de fiscalização nos documentos da empresa prestadora de serviços. Aferição indireta. Ilegitimidade, 234

Numeração única: 0032671-65.1997.4.01.3800

Apelação/Reexame Necessário 1997.38.00.032941-0/MG

Relator: Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista (convocado)

Sexta Turma Suplementar – Ação anulatória de débito. Município. Desnecessidade de garantia para suspensão da exigibilidade. Sujeição ao regime próprio de execução, 239

Numeração única: 0011711-20.1999.4.01.3800

Apelação Cível 1999.38.00.011732-9/MG

Relator: Juiz Federal Itelmar Raydan Evangelista (convocado)

Sétima Turma Suplementar – Contribuição social incidente sobre pensões e proventos de servidor público inativo, 241

Numeração única: 0002324-35.1999.4.01.3200

Apelação/Reexame Necessário 1999.32.00.002327-5/AM

Relator: Juiz Federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo (convocado)

Sumário

Sétima Turma Suplementar – Alienação de veículos por meio de leilão público. IPVA e taxa de licenciamento. Responsabilidade tributária solidária, 244

Numeração única: 0012211-76.2005.4.01.3800

Apelação Cível 2005.38.00.012292-4/MG

Relator: Juiz Federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo (convocado)

Decisões Monocráticas

Petrobras. Suspensão da exigibilidade de crédito tributário e fornecimento de Certidão Positiva de Débitos com Efeitos Negativa – CPD-EN. Necessidade de apresentação de apólice de seguro-garantia no valor do débito principal, 247

Agravo de Instrumento 0031474-67.2013.4.01.0000/PA

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Normas de trânsito. Descumprimento. Excesso de peso das cargas transportadas nas rodovias federais, 249

Agravo de Instrumento 0033403-38.2013.4.01.0000/MG

Relator: Desembargador Federal Souza Prudente

Expedição de precatório. Destaque de honorários contratuais, 250

Agravo de Instrumento 0036358-42.2013.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Renato Martins Prates (convocado)

Telefônica Brasil S/A x Anatel. Suspensão da exigibilidade do crédito oriundo de processo administrativo. Conclusão do processo de reestruturação societária da autora, 252

Medida Cautelar Inominada 0036484-92.2013.4.01.0000/DF

Relatora: Desembargadora Federal Selene Almeida

Infraero. Concessionária do Aeroporto de Guarulhos. Pedido de liberação de área objeto de perícia, 256

Agravo de Instrumento 0021023-80.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Jirair Aram Meguerian

Recebimento de cargas em tráfego de cabotagem, 262

Agravo de Instrumento 0018756-38.2013.4.01.0000/AM

Relatora: Desembargadora Federal Maria do Carmo Cardoso

Exigência do pagamento do ICMS nas operações de vendas interestaduais reguladas pela Resolução 13/2012 e Convênio ICMS 38/2013, 264

Agravo de Instrumento 0034332-71.2013.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes (convocado)

Suspensão das atividades de pouso e decolagem de aeronaves no Aeródromo de Coari/AM, 266

Suspensão de Liminar ou Antecipação de Tutela 0045503-25.2013.4.01.0000/AM

Relator: Desembargador Federal Mário César Ribeiro

Afastamento da obrigação de aporte de garantia financeira. CCEE, 270

Agravo de Instrumento 0043571-02.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Exclusão do rateio do Encargo de Serviços do Sistema – ESS. Resolução 3/2013, do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE, 272

Agravamento de Instrumento 0042035-53.2013.4.01.0000/DF

Relator: Juiz Federal Rodrigo de Godoy Mendes (convocado)

Inscrições no Projeto Mais Médicos para o Brasil (Edital 39/2013). Ausência de cumprimento de requisitos, 275

Agravamento de Instrumento 0043619-58.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Cade. Impedimento de acesso a documentos. Procedimento investigativo que apura formação de cartel em licitações, 278

Agravamento de Instrumento 0045454-81.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica. Suspensão da eficácia dos arts. 2º e 3º da Resolução CNPE 3/2013, 280

Agravamento de Instrumento 0037541-48.2013.4.01.0000/DF

Relator: Desembargador Federal Kassio Marques

JEFs em Revista**287****Embargos de declaração. Retificação de decisão. Conhecimento de Pedilef. Provimento negado, 287**

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2009.71.57.004333-1

Relator: Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha

Incidentes de uniformização regional e nacional. Mesmos fundamentos. Interposição simultânea. Necessidade. Preclusão, 289

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 5001020-79.2012.4.04.7110

Relator: Juiz Federal Gláucio Ferreira Maciel Gonçalves

Impossibilidade de aproveitamento de atividade rural não contributiva anterior à Lei 8.213/1991. Cálculo do coeficiente da aposentadoria urbana por idade, 290

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 5004548-54.2012.4.04.7003

Relator: Juiz Federal Luiz Claudio Flores da Cunha

Requisitos para a concessão de auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. Ausência de comprovação da incapacidade, 291

Numeração única: 0057750-33.2007.4.01.3400

Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal 2007.34.00.911964-4/DF

Relatora: Desembargadora Federal Neuza Alves

Breviário**293**

Ação rescisória. CPC, art. 485, VII. Documento novo. Qualificação. Capacidade civil. Prescrição.

Servidor público. Antecipação de tutela para remoção. Proteção constitucional à dignidade da pessoa humana e à união familiar.

Revisão de anistia. Lei 8.878/1994. Decreto 5.115/2004. Prazo para apresentação de requerimento. Publicação no *DOU*. Ilegalidade por vício de forma.

Servidor público. Professor aposentado. Proventos integrais. Substituição por proventos proporcionais. Redução na remuneração. Abusividade da medida.

Sumário

Percepção de pensão por morte. Instituição de pensão em rateio para a impetrante e a esposa do servidor. Supressão primeira prestação. Impossibilidade. Proibição de cumulação dos dois benefícios.

Licença-maternidade. Militar temporária.

Extração de recurso mineral sem autorização. Crime contra a ordem econômica e crime ambiental. Concurso formal. Objetos jurídicos distintos.

Estelionato contra o programa de seguro-desemprego.

Improbidade administrativa. Indisponibilidade de bens. Empregados da pessoa jurídica. Necessidade de indicação de indícios de atos improbidade na decisão cautelar.

Recebimento irregular de diárias. Ausência de participação da parte no processo decisório e de ordenação de despesa. Falta administrativa. Não configuração de improbidade administrativa.

Desapropriação. Agravo de instrumento. Cessão de direitos sobre precatório. Valor da atualização monetária pertencente ao cessionário.

Desapropriação. Depósito da oferta. Imissão na posse. Supostas irregularidades na matrícula do imóvel. Aquisição originária. Desistência da ação. Possibilidade. Consequências legais. Impossibilidade de devolução dos TDAs legalmente levantados e postos em circulação.

Ação civil pública. Cooperativas habitacionais. Propaganda de imóveis.

Ato lesivo imputado ao TRE/RJ. Óbice à propaganda eleitoral. Suposta ofensa à imagem do profissional de enfermagem.

Fornecimento de água potável a aldeias indígenas. Prevalência do direito à saúde.

Desconstituição de acórdão do TST proferido em ação rescisória. Impossibilidade jurídica do pedido. Extinção do processo sem resolução do mérito. Litigância de má-fé. Multa. Cominação.

Responsabilidade civil do Estado. Demora na prestação de serviços.

Estrangeiro admitido na condição de permanente. Registro. Prova de identidade. Declaração consular. Validade.

Ação civil pública. Instituição financeira. Execução, liquidação ou amortização de saldo devedor de empréstimo de mútuo (consignação) mediante o débito direto em conta-corrente ou conta salário do mutuário. Abusividade.

Conjunto arquitetônico e urbanístico tombado como patrimônio cultural nacional pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Necessidade urgente de restauração. Omissão do Poder Público. Antecipação da tutela cautelar ambiental.

Responsabilidade civil do Estado. Documentos fraudados. Abertura de empresa. Cancelamento dos CPFs dos autores. Danos morais.

Concurso público. Nomeação. Divulgação na internet e publicação na imprensa oficial. Longo lapso temporal entre homologação do concurso e a nomeação do aprovado. Princípio da razoabilidade.

Processo ético-profissional. Apuração da conduta de gestores médicos. Possibilidade.

Ação popular. Aumento da tarifa de repasse de potência da empresa Itaipu Binacional. Reajuste extraordinário de tarifa. Ato potencialmente ilegal e lesivo à moralidade administrativa.

Agravo regimental. Competência. STF. Inexistência de conflito federativo. Art. 102, inciso I, alínea f, CF/1988.

Medida provisória. Conversão em lei. Oferecimento de emendas. Pertinência temática. Abuso do Poder Legislativo. Inadequação à Lei Complementar 95/1998.

Frete de Uniformização de Preço – FUP. ANP. Legitimidade passiva. Indicação incorreta do polo passivo do mandado de segurança. Extinção do feito.

Ação popular como instrumento de controle judicial de decisão administrativa.

Repositórios Oficiais de Jurisprudência 311

Instruções Editoriais 313

na edição deste Sumário, a publicação dos verbos que foram julgados em Seção Extraordinária, a jurisprudência dos Acórdãos do Tribunal em matéria de DIREITO DE LICITAÇÃO, que trata da legitimidade da aplicação de multa penalizada. (Acórdão 2.328/2013, pela maioria de operações de câmbio legais).

Acórdão 2.328/2013, em matéria de direito de licitação que seguiu a habilitação e a contratação de uma obra de reforma de uma sala de aula pela Comissão de Serviços do Alto Federal, Lei nº 12.526/2012, de 19 de novembro de 2012, em matéria de processo administrativo disciplinar, competência para punição de servidor público de direito a justiça. (o Procurador do Distrito Federal Antônio Carlos Alves de Castro).

Troca ainda as mais recentes decisões do Tribunal. Lembramos também as decisões publicadas por meio de publicação especial de 2013 que versam sobre questões específicas dos órgãos julgadores desta Corte em matéria de Direito Federal de 1º Região.

Constituinte